

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O PCP teve conhecimento de um acidente de trabalho mortal na empresa «SIDUL, Açúcares» no passado dia 1 de março no concelho de Loures, freguesia de Santa Íria da Azóia. O trabalhador de 39 anos, subcontratado por uma empresa de trabalho temporário, terá morrido esmagado no tapete rolante de onde descarregava cana de açúcar.

Este trabalhador estava ao serviço há mais de 6 anos para a «Multilusa», empresa de trabalho temporário que subcontrata os trabalhadores para assegurar necessidades permanentes de funcionamento de diversos setores desta refinaria de açúcar.

A Sidul, Açúcares é, de acordo com a página eletrónica da empresa, “a maior refinaria de açúcar do país”, representando “os mercados Português e Espanhol mais de 90% do açúcar produzido”; que “sempre privilegiou o estabelecimento de relações duradouras com os seus mais de 300 clientes, adaptando e alargando o seu portfolio de produtos às necessidades e requisitos dos clientes”. Mais afirma a empresa que para tal “contribuiu o empenho de todos os colaboradores da empresa, sempre respeitando as políticas da qualidade e do ambiente”.

Desde 2010 que o «Grupo American Sugar Refining» adquiriu o negócio europeu do açúcar ao Grupo Tate & Lyle, sendo os atuais proprietários da empresa.

O recurso à subcontratação de trabalhadores a empresas de trabalho temporário que respondem a necessidades permanentes das empresas a quem presta serviço tem sido uma prática crescente por parte de grandes empresas, designadamente multinacionais, que desta forma se desresponsabilizam sobre milhares de trabalhadores, reduzem os custos do trabalho e impõem baixos salários e precariedade crescente.

No decurso do acidente de trabalho mortal acima descrito, a empresa «SIDUL, Açúcares» terá tentado desresponsabilizar-se desta situação dramática não assumindo sequer os custos com o funeral do trabalhador.

O PCP considera determinante o combate à precariedade nas suas múltiplas dimensões, designadamente pelo impacto direto que representa na degradação das condições de trabalho e na sinistralidade laboral.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicitamos ao Governo que através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nos preste os seguintes esclarecimentos:

1. Que acompanhamento tem realizado a Autoridade para as Condições de Trabalho à empresa «SIDUL, Açúcares» na última década?
2. Quais os resultados das respetivas ações inspetivas?
3. Relativamente ao acidente de trabalho mortal quais as conclusões do inquérito que foi instaurado?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 23 de Junho de 2016

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)